

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE SEMENTES AGROECOLÓGICAS NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

*The social construction of the agroecological seeds market in
Southern Rio Grande do Sul*

Ramão Correa

Mestre em Sociologia pela UFPEL – Universidade Federal de Pelotas,
Chefe do DEGAE – Departamento de Gestão de Assistência Estudantil do
IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
E-mail: correa.ramao@gmail.com

Elaine da Silveira Leite

Doutora em Sociologia pela UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
Professora e Coordenadora do PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
E-mail: elaineleite10@gmail.com

RESUMO

Ancorados na vertente teórica da sociologia econômica, especialmente nos autores que se dedicam à sociologia dos mercados, buscamos entender as transformações sociais e econômicas no Rio Grande do Sul. Esse artigo, portanto, busca compreender como instituições sociais, dentre as quais o Estado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presentes nos assentamentos da reforma agrária na região sul do Rio Grande do Sul (RS), são fundamentais para demonstrar como o mercado de sementes agroecológicas foi socialmente construído pela ação de diferentes atores, num contexto de regras particulares, no qual o Estado se apresenta como um importante ator para a materialização desse mercado específico.

PALAVRAS-CHAVE: Sementes agroecológicas, mercado, Estado.

ABSTRACT

The theoretical aspects of economic sociology, especially the sociology of markets, provided tools for understanding the social and economic transformations that took place in Rio Grande do Sul in the last years. This paper seeks to understand how social institutions like the State and the Brazil's Landless Workers Movement (MST), present in the agrarian reform settlements in southern Rio Grande do Sul (RS), are essential to institute how the agroecological seeds market was socially constructed by the action of different players in the context of specific rules, in which the State presents itself as a significant actor for the materialization of this particular market.

KEYWORDS: Agroecological seeds, market, State.

1 Introdução

A sociologia, desde os pensadores clássicos como Max Weber (1997) e Karl Marx (1999), até os contemporâneos como Karl Polanyi (2000), Norbert Elias (2006) e Pierre Bourdieu (2006), em especial, a nova sociologia econômica (ABRAMOVAY, 2004; FLIGSTEIN, 2009; PAUPERT-GARCIA, 2004; STEINER 2006) empreenderam esforços para compreender e explicar os fenômenos econômicos e sua relação com os demais aspectos da vida social.

Nessa vertente teórica, o mercado ganha atenção especial e passa a ser entendido como estruturas sociais (SWEDBERG, 1994; ABRAMOVAY, 2004) “e não simplesmente como mecanismo abstrato e neutro de encontro entre compradores e vendedores” (ABRAMOVAY, 2004, p. 58) no qual é relevante a histórica dos agentes econômicos e sua interação com as instituições sociais que compõem tal mercado.

Desde os clássicos até nosso tempo, a sociologia econômica, em especial, a vertente norte-americana – representada por pesquisadores como Richard Swedberg (2009), Mark Granovetter (2009) e Neil Fligstein (2009) – retomou essa temática demonstrando que os mercados, estão enraizados na cultura e se configuram como emaranhados sociais que envolvem aspectos políticos, jurídicos e econômicos.

Deste modo, a (nova) sociologia econômica se apresenta como uma corrente teórica que nos leva a (re)pensarmos as relações econômicas e o papel que os atores assumem em determinadas configurações. No caso particular dos mercados, essa subárea da sociologia demonstra que existem outras construções para além da oferta, da demanda e da taxa de equilíbrio geral como argumentam os economistas (ABRAMOVAY, 2004).

Essa leitura sobre a construção social dos mercados, e a agenda de pesquisa proposta pela sociologia econômica, instigou-nos a compreender algumas transformações sociais e econômicas na região sul do Rio Grande do Sul. Ancorados nessa corrente teórica, esse artigo busca compreender como algumas instituições sociais, dentre as quais o Estado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presentes nos assentamentos da reforma agrária na região sul do Rio Grande do Sul (RS), contribuem para a configuração do atual mercado de sementes agroecológicas.

Neste artigo, veremos que o mercado de sementes agroecológicas foi socialmente construído pela ação de diferentes atores, num contexto de regras particulares, no qual o Estado surge como importante ator que age de diferentes maneiras – dentre as quais se destacam as políticas públicas, as legislações que regulam o mercado, as agências de fomento e o contexto configuracional posterior a ascensão de um governo de “esquerda” à presidência do Brasil, sob a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, que buscou dar atenção as demandas de determinados segmentos sociais, reconhecidos como populares (GRUN, 2004). Deste modo, realizamos um mapeamento do mercado de sementes agroecológicas e em especial, destacaremos, a ação do Estado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

2 Os Mercados Enquanto Construções Sociais

Ao descrever o conceito de economia sob a ótica clássica, Elias (2006) ressaltou que os teóricos colocaram como central em sua doutrina a capacidade auto-reguladora do mercado. Acreditava-se haver um conjunto autorregulado de funções e mecanismos especificamente econômicos dos quais os processos desencadeados pela livre concorrência

seriam o exemplo supremo de uma economia de mercado, que operando livre de interferências criaria um estado de bem-estar social (ELIAS, 2006, p. 176).

As interpretações dos pensadores econômicos clássicos e neoclássicos sobre o “funcionamento” dos mercados como uma ordem natural, são retomadas como ponto crítico central dos estudos sociológicos que buscam compreender a construção social de mercados (SILVA-MAZON, 2005, p. 25). Assim, a ideia de mercado como sistema autorregulável, ou seja, um sistema capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer interferência externa é fortemente criticado pela nova sociologia econômica (POLANYI, 2000; PAUPERT-GARCIA, 2003).

Karl Polanyi (2000), em “A Grande Transformação”, destacou a incapacidade da teoria econômica clássica e, mesmo a neoclássica, em compreender a economia e o mercado enquanto construções sociais. Granovetter (2009) enfatizou que, os economistas instituíram uma visão atomizada e subsocializada da ação humana dando continuidade à tradição utilitarista, negando todo o impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias.

Pierre Bourdieu (2006), ao pesquisar a construção social do mercado da casa própria na França, enfatizou o papel determinante do Estado na construção desse mercado. O referido autor demonstrou que, na França, o sonho da “casa própria” foi o resultado da construção das condições necessárias para sua materialização, como por exemplo, as condições políticas do país ao adotar estratégias desenvolvimentistas, ao ofertar linhas de crédito, bem como, a atuação de todo um sistema especializado em propaganda, como publicitários e revistas especializadas. Para além da pesquisa sobre a construção desse mercado específico, Bourdieu (2006, p. 13) destacou que, a ciência econômica ao não considerar os fatores sociais, como imersos no social, recai em uma abstração que passa a prescrever realidades e, não consegue descrever o real funcionamento, no caso, dos mercados.

O fato dos atores estabelecerem relações sociais que interferem nas relações econômicas foi tratado pela economia clássica e neoclássica, no decorrer da história, como um obstáculo circunstancial que inibe o funcionamento dos mercados competitivos (GRANOVETTER; 2009, p. 36). Polanyi (2000) considerou que numa situação onde somente o mercado determinasse as relações sociais, vivenciaríamos uma permanente e profunda crise, marcada pela crescente desigualdade social, pela fome, pelo uso inadequado dos recursos naturais e pelas injustiças sociais. Assim, ao longo da história podemos perceber – ancorados nos autores elencados nesse artigo – que a intervenção do Estado no campo econômico e na normatização dos mercados, se postou como um fato recorrente – isto é, fundamental para a construção social dos mercados.

Por outro lado, Granovetter (2009), nos alerta que a visão idealista dos mercados de concorrência perfeita continua a alimentar a economia, já que as estruturas econômicas autorreguladas são politicamente atraentes, e que a eliminação das relações sociais da análise econômica afastaria o problema da ordem da pauta intelectual da própria esfera econômica; garantido, assim, a sua agenda.

Entretanto, se os economistas, de modo geral, focam os comportamentos dos atores, e não as configurações situacionais (Polanyi, 2000) que influenciavam seus comportamentos. Assim, Granovetter (1985) lança a nova sociologia econômica, ao afirmar que os mercados autorregulados não são formados por indivíduos atomizados, orientados por escolhas racionais, com o objetivo de maximizar seus interesses. Aqui, Granovetter aponta que o modelo do mercado anônimo guiado pela racionalidade não existe, já que as estruturas sociais é que são fundamentais para o estudo das transações econômicas (GRANOVETTER, 1985, p. 495).

A nova sociologia econômica se materializa como uma proposta que busca aproximar economia e sociologia nos estudos dos fenômenos da vida econômica, sobre a formação de mercados e os impactos das normas sociais sobre os agentes, considerando as representações, as crenças e os valores que propiciam a cooperação ou a competição (MARTES, 2009, p.22). O que se pretende com essa nova proposta é demonstrar que “nos mercados, os vínculos sociais concretos, localizados, são determinantes de suas dinâmicas e que, portanto, sua autorregularão depende da própria maneira como a interação social ocorre” (ABRAMOVAY; 2004, p. 55).

Essa abordagem dos mercados, que considera-os como um produto histórico; enfatiza que os mercados são estruturas dinâmicas imersas no social, onde os indivíduos estabelecem laços buscando sua estabilização sujeitando-se, portanto, a recompensas e sanções (STEINER, 2006). Para Steiner (2006), os mercados não mais se constituem enquanto estruturas abstratas, independentes e autossuficientes; na proposta da NSE, os mercados são construídos por meio das necessidades dos atores em estabelecer relações buscando mantê-las estáveis (STEINER, 2006; FLIGSTEIN, 2009).

Autores como Marie-France Garcia-Parpet (2003; 2010; 2012; 2013) além de outros utilizaram-se dessa abordagem ao estudar, por exemplo, a construção social do mercado de vinhos, de morangos de mesa e a construção intelectual do mercado orgânico, atrelado aos artigos de uma revista sobre agricultura, ambos os estudos realizados na França. De modo geral, essa mesma autora evidencia como os mercados são construídos socialmente, considerando os atores envolvidos, as normas sociais, com destaque para a região, o clima e as culturas locais onde se materializam.

Isto é, a sociologia econômica, de acordo com Abramovay (2001) considera os mercados não como entidades naturais totais, mas sim o resultado da soma de formas particulares de intercâmbios sociais, da capacidade de indivíduos dispostos hierarquicamente em diferentes posições no campo, de empresas e organizações estabelecerem transações dinâmicas capazes de valorizar conhecimentos, evidenciar certas tradições e da confiança que é construído através da história.

Nessa perspectiva de resignificação do entendimento sobre mercados, Fligstein (2009) observa como as ações dos sujeitos, as regras estabelecidas e as instituições atuam para criar “um mundo estável”, buscando evitar a lógica da competição selvagem de todos contra todos num processo autodestrutivo. A título exemplificativo, o referido autor cita o caso de firmas que constroem estratégias para controlar a concorrência e o enfrentamento direto, estabelecendo acordos de cooperação em detrimento da competição, tão aclamada pela teoria econômica.

De acordo com essa perspectiva teórica, e no caso particular de nossa pesquisa sobre a construção social do mercado de sementes agroecológicas, tornou-se necessário uma análise sobre o papel do Estado dentro dessa configuração. De acordo com, Bourdieu (2006) consideramos o Estado como o “fim” e o “produto” de um lento processo de acumulação e concentração de díspares espécies de capitais, dentre as quais podemos identificar, principalmente, a força física, policial e militar que configura o monopólio da violência; o capital econômico necessário para assegurar o financiamento da força física; o capital cultural ou informacional visto, por exemplo, sob a forma de estatística e instrumentos de conhecimento dotados de validade universal e o capital simbólico (BOURDIEU, 2006, p.28). Essa “força” econômica e violenta que caracteriza a figura do Estado confere-lhe a possibilidade de instituir diferentes segmentos de mercados de acordo com interesses sociais, econômicos e políticos (BOURDIEU, 2006).

Para nossa análise, o Estado é tomado como um ator fundamental para a compreensão da conjuntura que levou aos assentamentos da reforma agrária a serem alojados na região da campanha gaúcha, da mesma forma que, percebemos e relacionamos sua influência nas atividades econômicas desses atores, em especial, no que concerne à construção do mercado de sementes agroecológicas via as instituições sociais que formam tal mercado.

3 As Instituições do Mercado de Sementes Agroecológicas

O mercado de sementes agroecológicas da região pesquisada envolve instituições públicas, instituições privadas e movimentos sociais. De modo geral, notamos que o Estado, que apresenta forte atuação, em especial, a partir de 2002, está presente em muitas fases desse processo, desde o incentivo à produção orgânica, pela valorização dos produtos orgânicos em relação aos produtos convencionais até o final do processo pela compra da produção, que nesse caso se materializa pela ação da CONAB por meio do PAA, e pelo BANRISUL através de seu projeto de responsabilidade socioambiental.

Para Bourdieu (2006), a legislação, as normas e os manuais de conduta desempenham um importante papel na forma como o Estado age, primeiro pela legitimidade que ele possui em regular a vida na sociedade, e segundo por sua força punitiva no caso de não cumprimento. No entanto, para além dessa forma de ação do Estado, o assessoramento técnico por meio de agências de fomento, como, por exemplo, a EMATER contribuiu, no caso particular estudado, ao “impor” regras e normas, para a formação de uma nova cultura produtiva, preocupada com questões sobre a saúde dos produtores, com a questão ambiental e a degradação do ambiente.

O primeiro ator que merece destaque é o MST, o qual aparece como principal responsável por dois processos principais no campo: primeiro, pela pressão política, no sentido de cobrar responsabilidades do Estado para assentar famílias, bem como, cobrar a implantação e implementação de políticas públicas destinadas aos agricultores já assentados; e segundo, a construção ideológica de seus membros que culminam em práticas produtivas orientadas a um plano superior (sagrado), como o caso da produção de sementes orgânicas que vai ao encontro da ideia de produção agroecológica. Em pesquisa ao site do MST¹, identificamos a experiência vivenciada pela Conaterra e pela marca Bionatur apresentada com destaque, a qual demonstra a positividade da experiência que em certo momento passa a ser vista como “um modelo de propaganda” no sentido de uma experiência alternativa que vem dando certo.

Em seguida, vale destacar a Conaterra – representante legal da marca Bionatur. Ao seu entorno encontram-se os atores, que vem construindo o mercado de sementes em manejo agroecológico, isto é, os produtores e a equipe de assessoramento técnico que estão ligadas diretamente à Cooperativa.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense surge nesse campo recentemente, a partir do ano de 2014, com a instalação de um campus avançado dentro do assentamento Roça Nova, com a oferta do curso técnico em agroecologia. Sua contribuição, como registrado em entrevista pelo coordenador desse curso, é o de proporcionar conhecimento técnico, fomentar a pesquisa e formar jovens para a agroecologia. A instalação dessa instituição pública de ensino no assentamento Roça Nova é o resultado de um amplo processo de negociação entre as lideranças do MST na região, o atual coordenador do curso técnico em agroecologia, reitor e pró-reitores do IFSul e atores políticos que configuraram um momento situacional que possibilitou essa instalação.

¹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/> Acesso: entre janeiro de 2013 e janeiro de 2015.

A vinda do IFSul para aquela realidade social é compreendida de duas maneiras: primeiro, pelo interesse do MST em formar mão de obra especializada para atuar de forma agroecológica, algo que está associado a um projeto amplo do próprio movimento em investir num modelo produtivo alternativo, que se diferencia do modelo produtivo convencional pela não utilização de agrotóxicos; segundo, por um interesse percebido pelo próprio Estado em responder a uma demanda social, tornando possível a experiência dos assentamentos pela produção de uma mercadoria que se diferencia no mercado pela forma como é produzida. Assim, a presença do IFSul nesse campo é o coroamento simbólico que subjetivamente constrói a agroecologia como princípio de fidelidade ligada a produção advinda do assentamento, que passa a sustentar a viabilidade do mercado de sementes orgânicas, o qual até o momento é o Estado, o maior comprador desse produto.

A ação do Estado do Rio Grande do Sul é identificada pela atuação de duas secretarias: a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul (SAA-RS) e a Secretaria de Desenvolvimento, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SDR-RS), bem como pela atuação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – órgão responsável pela elaboração do manual “Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar Ecológica” e da Cartilha “Agricultura Ecológica - Princípios Básicos” – que buscam, segundo esses documentos, promover e incentivar a produção ecológica para produtores em regime familiar.

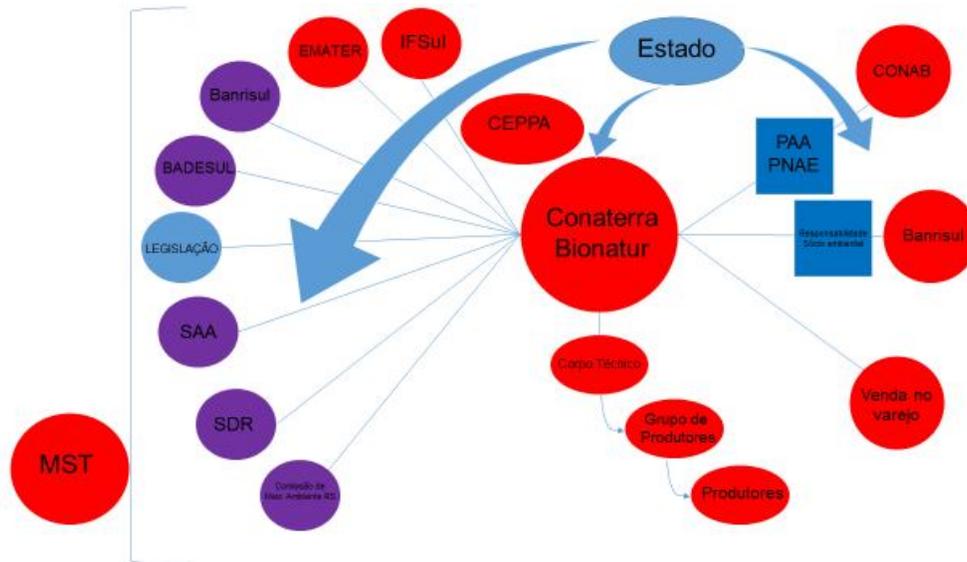
A atuação do governo estadual é considerada como uma “presença ausente”, no sentido de não ser identificada fisicamente no campo. No entanto, as políticas públicas desenvolvidas no local, levam-nos a considerá-lo como um ator do campo que incentiva à cultura produtiva agroecológica, pela criação de manuais que ensinam os produtores a acessar o mercado por meio do PAA, da mesma forma que divulgam alguns programas estaduais, como “A Política de Alimentação Saudável” e a “Política Estadual de Compra Coletiva/RS”, cujo foco são agricultores que trabalham em regime familiar e produzem de forma agroecológica ou orgânica.

A EMATER, enquanto um órgão de fomento estadual, foi percebida como uma “parceira” dos assentamentos e ator presente em vários momentos, desde a chegada dos assentados no final da década de 1980, até a formação da cultura produtiva das sementes, por meio da formação técnica que incentiva e ensina o manuseio agroecológico.

Em conformidade com as entrevistas realizadas com os atores do mercado de sementes agroecológicas², notamos que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul) e o Banco de Desenvolvimento do Sul (BADESUL) são percebidos como “parceiros” da Conaterra, primeiro pelo financiamento das atividades produtivas e pelo investimento em construções e aquisição de equipamentos. Torna-se manifesto no esboço abaixo (Figura 1) a forma como a Conaterra relaciona-se com dois de seus principais compradores finais: com a CONAB, por meio do PAA e com o Barrisul, por meio do projeto de responsabilidade sócio ambiental. Esses dois compradores, assim, ganham o estatuto de “parceiros” no mercado.

² Informações sobre as entrevistas com os produtores de sementes agroecológicas associados à Conaterra podem ser exploradas na dissertação de mestrado “A construção social do mercado de sementes agroecológicas na Região Sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado”. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/producao/dissertacoes/>

Figura 1 – Mapeamento do campo do mercado de sementes agroecológicas na Região Sul do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração dos autores. Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2013 e agosto de 2014.

O Estado, como veremos, está presente, desde o processo da formação do assentamento, a participação na definição do que será produzido, e a compra da produção. O Estado se coloca no campo de diferentes formas, pela legislação a qual lhe cabe implantar, implementar e cumprir, por seus órgãos e agências de fomento, secretarias e companhias, e pela presença de instituições de ensino, como o caso do IFSul.

3.1 O papel do Estado na criação da oferta e da demanda

Bourdieu (2006) – ao investigar a construção social do mercado imobiliário francês – considerou que a oferta e a demanda por moradia (seja individual ou coletiva) foi construída pela dupla ação do Estado em ofertar crédito e estimular a produção e a compra – assim, mesmo a procura com a qual os produtores contavam, era ela própria, um produto social. Bourdieu (2006) demonstrou também, que no mercado imobiliário francês havia esquemas de valorização socialmente construídos e socialmente alimentados, onde determinados agentes, como os publicitários e os editores de revistas especializadas, desempenharam o papel de ativar e reativar ciclicamente o mercado, criando assim, a “necessidade” (demanda) do sonho da casa própria. Bourdieu (2006) destaca a “força” de instituições bancárias e grandes conglomerados da construção civil. No entanto, para o referido autor, nada pode ser comparado a “força” que o Estado detém na construção e manutenção desse mercado, uma vez que em seu entendimento “poucos mercados serão, tanto como o da habitação, não apenas controlados, mas de fato construídos pelo Estado” (BOURDIEU, 2006, p. 125).

Para o autor, o mercado da casa própria francês surgiu do apoio e do controle do Estado exercido tanto de forma direta como indireta. O poder do Estado de fixar regras ocorreu de duas formas: primeiro, pela regulamentação específica; e segundo, pela infraestrutura jurídica, não sendo negados os processos histórico-sociais da gênese formativa dessas regras e regulamentações.

Silva-Mazon (2005), ao pesquisar sobre a construção social do mercado olerícola no Estado de Santa Catarina, buscou relacionar a formação desse mercado específico com as ações do Estado. Ao realizar essa construção demonstrou que o Estado foi fundamental tanto para a construção, como para a manutenção dos arranjos institucionais no que se refere ao mercado olerícola catarinense. Isto é, o Estado passou a “criar as leis e regulamentações relativas à política fiscal, ao capital financeiro, à concorrência, às relações salariais, às patentes e direitos de propriedade” (SILVA-MANZON, 2005, p. 46-7). Por outro lado, o Estado também “promove compras públicas; financia a pesquisa e a construção de infraestrutura; e tem ainda as funções de assistência social (como creches para que as mulheres trabalhem) e redistribuição” (SILVA-MANZON, 2005, p. 46-7).

À luz de Bourdieu (2006), é possível afirmar que é no campo das relações de força e de disputa que os atores e instituições, investidos de diferentes capitais e posições buscam fazer triunfar seus interesses, e assim se definem as regras e as leis que regem, no caso, o mercado de sementes agroecológicas. Essas disputas de força para fazer prevalecer determinadas regras e determinados interesses, carregadas de capitais simbólicos, são permeadas tanto por antagonismos, como alianças (no nosso caso, falamos em cooperação) de interesse e de afinidade que configuram o mercado em questão.

O mercado de sementes agroecológicas se configura como um mercado construído a partir das ações do Estado, que envolve a ascensão de um governo de esquerda ligado a movimentos sociais e trabalhadores; assim, por distintas razões: seja, pela compra de grande parte da produção de sementes comercializada pela Bionatur, pelo incentivo à produção em regime agroecológico, materializado pela valorização dessas mercadorias em relação a produção não orgânica.

Para além do fomento específico, a produção de sementes em regime agroecológico e as ações do Estado, no que tange à “criação” da oferta, configuram um momento situacional onde vem sendo empregado recursos (financeiros, de pessoal, de agências de fomento) para a legitimação de produtos que se diferenciam nos mercados pela forma como são produzidos. Neste momento, vale ressaltar a fala de um dos produtores entrevistados que exemplifica nossa argumentação.

“[...] tínhamos uma época que nós entregávamos muito pra CONAB. Chegou a 90% de nossa comercialização ser CONAB. Ela comprava da Bionatur e distribuía para pequenos agricultores, comunidades carentes, enfim, logo em seguida a gente começou a dar passos e estruturar também nosso comercial, que é botar uma pessoa que ligava e oferecia. Hoje nós estamos em torno de 60% ainda permanecendo no mercado institucional, que é a CONAB, o Banrisul e outros, mas basicamente esses dois. E os outros 40 % é a nossa venda no varejo, essa é a fatia do mercado que nós fizemos lá, que é oferecendo. Com o Banrisul nós fomos um pouco além, a gente fez um contrato de entrega de sementes, a Bionatur é umas das únicas produtoras de sementes orgânicas do Brasil de hortaliças, de outras variedades tem outras que entregam, mas de hortaliças com esses volumes aí a Bionatur é a única, inclusive se arrisca a falar na América Latina, não só no Brasil” (Entrevista com produtor assentado e associado à Conaterra – Agosto de 2014)³.

A configuração deste mercado, no qual o Estado desempenha o papel de principal comprador de mercadorias produzidas em regime familiar e agroecológico, incentiva determinadas práticas produtivas e determinadas organizações para comercialização, como o caso de cooperativas ou associações de produtores, não é uma exclusividade do mercado

³ Idem.

de sementes agroecológicas, entretanto, de maneira geral, tal mercado vem ganhando destaque no país.

No documento intitulado “Mercado Institucional Avaliação de programas no Brasil” – publicado pela Comissão Pró-Índio do Estado de São Paulo, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), datado de março de 2014, percebemos que programas estatais, a exemplo do PAA e do PNAE, em conjunto, com Políticas estaduais do RS, como a “Política de alimentação Saudável” e a “Política Estadual de compra Coletiva/RS” são ações promovidas pelo Estado que visam criar “mercados”, que contribuam para a construção e promoção de uma determinada prática produtiva, através do fomento à produção e compra de produtos.

Deste modo, vale apontar alguns dados sobre as ações do Estado na aquisição de produtos da agricultura familiar, entre os quais estão as sementes agroecológicas produzidas pela Conaterra com a marca Bionatur. Focaremos atenção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no relatório anual de 2013 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública do Governo Federal que foi instituída pela Lei Nº10.696/2003, atualizada pela Lei 12.512/2011 e regulamentada pelo Decreto Nº 7.775/2012. O PAA é compreendido como uma política pública de articulação entre produção, comercialização e consumo, e mais que isso, um incentivador de práticas produtivas agroecológicas e orgânicas.

De modo geral, a lei que institui o PAA tem como objetivo garantir a compra pública de produtos oriundos da produção familiar de forma direta, e fornecer alimentos para populações em situação de insegurança alimentar. Os recursos para execução do PAA originam-se no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PAA é executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com os estados e os municípios, exigindo-se que os agricultores fornecedores estejam organizados em cooperativas e associações.

A lei 12.512/2011⁴, que funciona como um complemento ao PAA, estabelece as regras para a compra de produtos da agricultura familiar, estabelecendo que as aquisições do PAA poderão ser realizadas de formas distintas. Em outras palavras, a compra por parte do Estado poderá ocorrer diretamente dos produtores rurais, ou de forma indireta, pela aquisição das mercadorias produzidas em cooperativas e associações de produtores (BRASIL, 2011). Essa mesma lei define que a transferência dos produtos entre as cooperativas e os produtores classifica-se como um “ato cooperativo”. Podemos perceber, desta forma, que além do MST construir e popularizar uma ideia sobre cooperação entre seus membros, e entre estes e atores externos ao movimento, evidencia-se a atuação do Estado na construção e promoção de práticas cooperativadas. Dessa forma, identificamos o Estado como um ator do campo que em certa medida, e por meio de suas agências de

⁴ A lei Nº 12.512 de outubro de 2011 atualiza o PAA ao definir que agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadram nas disposições da lei Nº 11.326/2006 podem fornecer produtos ao PAA. Os demais beneficiários do programa, além de agricultores familiares, são: I – silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, V - povos indígenas; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades.

fomento e legislações, contribui para construção da cooperação entre os agentes que compõem o campo (FLIGSTEIN, 2009).

As aquisições do Estado por meio do PAA estão condicionadas à disponibilidade orçamentária, isto é, o poder executivo Federal é o ator responsável por estabelecer os critérios e as condições de prioridade de atendimento do PAA, priorizando produtores (beneficiários) de menor renda.

Em razão do exposto e ancorados em Bourdieu (2006) e Fligstein (2009), analisamos que a atuação do Estado, por meio da legislação, para “construir” os mercados de produtos oriundos da agricultura familiar e demais segmentos do PAA constitui um processo de desburocratização da compra, que em nosso entendimento pode ser visualizado como uma ação que busca estabelecer uma relação privilegiada entre os produtores em regime familiar e o comprador final (Estado).

A legislação estabelece que os alimentos adquiridos serão destinados a ações de promoção da segurança alimentar e nutricional e/ou à formação de estoques, podendo ser comercializados, conforme o regulamento que lhe institui. Assim, garantido via lei, temos que a destinação dos produtos oriundos do regime de trabalho baseado na concepção de agricultura familiar e adquiridos pelo PAA.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pela Deputada Marisa Formolo, do Partido dos Trabalhadores (PT), publicou no ano de 2012 o “Manual simplificado de Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar Ecológica”. Esse manual busca fomentar a Agricultura Ecológica como um novo paradigma para o desenvolvimento rural no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, esquematiza a operacionalização de políticas públicas, tanto em âmbito Federal, como o “Programa de Aquisição de Alimentos” e o “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, como em âmbito estadual, pela “Política da Alimentação Saudável” e a “Política Estadual de compras coletivas” (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

O PAA é tratado no “Manual Simplificado de Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar Ecológica” como um instrumento de apoio à agricultura familiar que potencializa a comercialização de seus produtos. O destaque feito por esse manual se dá na forma como estão descritas as principais modalidades de compra via CONAB, que são: a) Compra da agricultura familiar com doação simultânea – CPR-Doação, b) Formação de estoque pela agricultura familiar – CPR-Estoque, c) Compra direta da agricultura familiar – CDAF, e d) Compra Institucional (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

De modo geral, como balanço dessas políticas, temos o documento intitulado “Resultado das ações de 2013”, publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), acerca do PAA, o qual informa que no ano de 2013 foram gastos na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, e demais beneficiados pelo PAA, cerca de R\$ 224.517.124.45 que possibilitaram a comercialização de 123.706 toneladas de alimentos, produzidos por mais de 40.000 famílias trabalhando em regime familiar (CONAB, 2014).

Em números, desde 2003 até 2013, foram investidos mais de R\$ 3 bilhões na aquisição de mercadorias produzidas em regime familiar. O investimento ano a ano pode ser acompanhado pela evolução dos recursos destinados pelo Governo Federal e executados pela CONAB na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PAA. Desde a implantação do PAA no ano de 2003, a verba destinada para aquisição de produtos oriundos do trabalho em regime familiar e demais beneficiários do programa, obteve um

crescimento de mais 175%. Em 10 anos, a verba para execução do programa cresceu de R\$ 81.541.207,29 em 2003, para R\$ 224.517.124,45 em 2013⁵ (CONAB, 2014).

Vale destacar que, o produto que representa a maior quantidade de aquisição pelo PAA são os hortigranjeiros, que representaram, no ano de 2013, 31% dos produtos adquiridos; em seguida, aparece a aquisição de frutas (11%), processados e grãos e oleaginosas (11%); a produção de sementes impacta em 3% dos produtos adquiridos pelo PAA.

A baixa aquisição de sementes pela CONAB através do PAA reforça a ideia apresentada pelos atores entrevistados⁶ sobre o potencial de crescimento do mercado de sementes produzidas em regime agroecológico. Considerando que a Conaterra é uma cooperativa que comercializa sementes agroecológicas de legumes e hortaliças, esses produtos integram o grupo de maior aquisição, o de hortigranjeiros. Desta forma, podemos concluir que: se as sementes representam apenas 3% dos produtos adquiridos pela CONAB, e os hortigranjeiros – mais precisamente hortaliças e legumes (especialidades de sementes produzidas pela Conaterra) – representam 31% das aquisições da CONAB, muito do que vem sendo produzido em termos de hortigranjeiro origina-se de sementes produzidas em regime convencional. Esse fato possibilita o crescimento do mercado de sementes agroecológicas em dois sentidos, tanto para a CONAB, como para os produtores de hortigranjeiros que produzem hortaliças e legumes.

É importante destacar uma “incongruência” já que o mercado de sementes agroecológicas, na visão dos produtores, possui grande potencial de crescimento, além de apresentar vantagens como a produção sem o uso de insumos químicos e a prática da queimada. Mesmo assim, essa atividade ocupa um pequeno espaço produtivo dentro dos lotes no assentamento, da mesma forma que possui um baixo impacto na renda dessas famílias. Isto posto, notamos como tal mercado nada mais é do que fruto das ações do Estado.

4 Considerações Finais

Esse artigo teve como principal objetivo demonstrar, por meio de uma abordagem sociológica, que o mercado de sementes agroecológicas é o produto de uma construção histórica que se efetiva numa situação configuracional, a qual possibilita a sua materialização.

A partir dessa abordagem teórica, conseguimos visualizar que o mercado de sementes agroecológicas não é o resultado de um arranjo econômico espontâneo que busca otimizar resultados e maximizar lucros orientado pela racionalidade dos indivíduos. Antes disso, tal mercado é o resultado ordenado de decisões políticas, jurídicas, econômicas e sociais, de relações pessoais e institucionais condicionadas a um momento histórico e político do país.

O mercado de sementes agroecológicas está vinculado, quase que em sua totalidade, ao Estado. No entanto, essa relação está condicionada a um determinado período político, isto é, configurado pela ascensão de um governo de esquerda que privilegiou, e ainda assim o faz, camadas mais populares da sociedade.

⁵ Essas informações foram retiradas do documento “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Resultado das Ações em 2013” publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

⁶ Maiores detalhes podem ser pesquisados na dissertação de mestrado “A construção social do mercado de sementes agroecológicas na região Sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado. Disponível em: In: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/producao/dissertacoes/>

Nessa dinâmica, o MST é um ator de destaque em razão da pressão política que objetiva recursos materiais e econômicos, bem como por sua contribuição na construção da ideia de produção em regime agroecológico percebida no depoimento dos produtores. Da mesma, o Instituto Federal Sul-rio-grandense e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) foram identificados no campo como instituições estatais que contribuem para a legitimação do mercado de sementes agroecológicas, o primeiro pela oferta do curso técnico em agroecologia no assentamento da reforma agrária Roça Nova e o segundo, pela oferta de linhas de crédito e aquisição dos produtos comercializados pela Conaterra sob a marca Bionatur.

Assim, notamos que o Estado vem agindo de diferentes formas, em especial, pela “Política de Aquisição de Alimentos,” que configura uma legislação específica para produtores que trabalham em regime familiar; por meio de agências de fomento como a EMATER – que assessora tecnicamente produtores e contribui para criação de novas culturas produtivas, apoiada em recursos científicos e dados estatísticos; instituições de ensino como o Instituto Federal sul-rio-grandense, que reforça o ideário da agroecologia no campo, uma vez que seu objetivo é oferecer conhecimento técnico em regime agroecológico; além dos bancos públicos que financiam ações produtivas e de estruturação física.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo - mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- _____. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: **Anais do Seminário Nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: PNUD, 1997.
- ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. Territorialização camponesa, Identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-território**, v. 2, n. 4, p. 82-97, 2007.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Agricultura Ecológica – Princípios Básicos**. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Porto Alegre: CORAG, 2012.
- _____. **Compras Institucionais de Produtos da agricultura familiar ecológica – Manual Simplificado**. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Porto Alegre: CORAG, 2012.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. A apropriação do discurso da agroecologia pelo Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 8, n. 1, jan. 2014.
- _____. A formação do discurso da agroecologia no MST. Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A formação do habitus econômico**. 2000.
- _____. **O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papius, 2000.
- _____. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa (Portugal): Campo das Letras, 2006.
- _____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989/92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. **Lei Nº10696, de 02 julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: 2 de julho de 2003; 182 da Independência e 115 da República.
- _____. **Lei Nº12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília: 14 de outubro de 2011; 190 da Independência e 123 da República.
- _____. **Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de

julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília: 4 de julho de 2012; 191 da Independência e 124 da República.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, MOVIMENTO SEM TERRA. **Mercado Institucional** – Avaliação de Programas no Brasil. São Paulo: 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** - Resultado das Ações em 2013. Brasília: 2013.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. "Sobre a sociogênese da economia e da sociologia". In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Orgs.). **Escritos & ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Org. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos *In Redes e sociologia econômica*. Organizado por Ana Cristina Braga Martes – São Carlos: EdUFSCar. p. 69-92. 2009.

_____. DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. 2012.

GARCIA-PARPET, Marie-France. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-ém-sologne. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20. p. 5-44, 2003

_____. A sociologia da economia de Pierre Bourdieu. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 91-117, jun. 2013.

_____. Estudo de caso de "mercado auto-regulado": normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica. **REDD – Revistas espaço e desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012.

_____. A construção intelectual dos mercados agrícolas: a sociedade francesa dos economistas rurais e a revista *economie rurale*. **MANA**, v. 16, n. 1, p. 75-97, 2010.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. **A construção dos mercados pelos agricultores: o caso dos agricultores familiares**. Trabalho apresentado no 48º Congresso Brasileiro Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande: UFCG, 2010

GRUN, Roberto. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 151-76, 2004.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. In: MARTES, Ana Cristina Braga. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 107-127.

MARK, Granovetter. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão *In Redes e sociologia econômica* / organizado por Ana Cristina Braga Martes – São Carlos: EdUFSCar. p.31-65, 2009.

MARTINELLI, Alberto. O contexto do empreendedorismo In: MARTES, Ana Cristina Braga. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 207-235.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contextos, 2010.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS) In: **Anais do Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MIRALDI, Juliana Closesel. **A teoria de Bourdieu e o problema da homologia estrutural entre os campos**. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia – ALAS. Santiago do Chile: 2013.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade *In Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 20. p. 113-174. 2003

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NIEDERLE, Paulo André. Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para

vinhos no Brasil e na França. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI**, v. 4, n. 1, p.162-89, jan./jun. 2014.

PLEIN, Clério; FILIPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura e mercados. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.16, n. 3, p.98-121, set./dez. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SCHNEIDER, Carlise Porto. **Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

SCHNEIDER; Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS** v. 18 n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST: Caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA-MAZON, Marcia da. Extensão Rural e a constituição intelectual dos mercados agrícolas no Brasil. Trabalho apresentado no **Seminário: Temas emergentes em Sociologia Econômica no Brasil**, 2014.

_____. A construção social do mercado olerícola: Estudo de caso em Urubici/ Santa Catarina. 155f. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

SWEDBERG, Richard. A sociologia da vida econômica no capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa *In* **Redes e sociologia econômica** / organizado por Ana Cristina Braga Martes – São Carlos: EdUFSCar. p. 161-198. 2009.

WEBER, Max. **Os economistas**. Textos selecionados. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-24, 2002.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.